



Universidade de São Paulo



CONCURSO CONTADOR PARA A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
EDITAL RH Nº 15/2023

Instruções

1. **Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.**
2. Verifique se o seu nome está correto na capa deste caderno e se a folha de respostas pertence ao **grupo K**. Informe ao fiscal de sala eventuais divergências.
3. Durante a prova, são **vedadas** a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta e de aparelhos de telecomunicação.
4. Duração da prova: **05 (cinco) horas**. Cabe ao candidato controlar o tempo a partir do relógio disponibilizado na sala de provas. O(A) candidato(a) poderá retirar-se da sala definitivamente somente após decorridas **02 (duas) horas** de prova. Não haverá tempo adicional para preenchimento da folha de respostas.
5. Lembre-se de que a FUVEST se reserva o direito de efetuar procedimentos adicionais de identificação e controle do processo, visando a garantir a plena integridade do exame. Assim, durante a realização da prova, poderá ser coletada por um fiscal uma **foto** do(a) candidato(a) para fins de reconhecimento facial, para uso exclusivo da USP e da FUVEST. A imagem não será divulgada nem utilizada para quaisquer outras finalidades, nos termos da lei.
6. Após a autorização do fiscal da sala, verifique se o caderno está completo. Ele deve conter **70 (setenta)** questões objetivas, com 05 (cinco) alternativas cada, das quais apenas uma atende ao enunciado, e **02 (duas)** questões dissertativas. Informe ao fiscal de sala eventuais divergências quanto ao número de questões e de alternativas.
7. Preencha as folhas de respostas com cuidado, utilizando caneta esferográfica de **tinta azul ou preta**. As folhas de respostas **não serão substituídas** em caso de rasura.
8. Ao final da prova, é **obrigatória** a devolução das folhas de respostas acompanhadas deste caderno de questões.

Declaração

Declaro que li e estou ciente das informações que constam na capa desta prova, nas folhas de respostas, bem como nos avisos que foram transmitidos pelo fiscal de sala.

ASSINATURA

O(a) candidato(a) que não assinar esta capa será considerado(a) ausente da prova.



RASCUNHO



TEXTO PARA AS QUESTÕES 01 A 04

“*Quiet Quitting*”, fenômeno nas redes sociais, é uma forma de reação à vida real

O *Quiet Quitting* se tornou conhecido após ganhar as redes sociais, mais especificamente o TikTok, nas quais diversos perfis compartilharam o que seria esse fenômeno e como aderir ao movimento. Em 2020, os Estados Unidos se viram frente a um movimento que ganhou o nome de “A Grande Renúncia”, o qual reverbera até hoje e levou 4,5 milhões de americanos à demissão voluntária só no mês de maio.

O *Quiet Quitting* está, de certa forma, relacionado a essa renúncia em massa. “É um termo que, em tradução livre, quer dizer ‘demissão silenciosa’. E ele diz respeito ao comportamento de fazer o mínimo no trabalho”, explica Natália Lins Brandão, pesquisadora do Instituto de Psicologia da USP. Uma das causas pode ser que, no período da pandemia, as fronteiras entre horário de trabalho e horário de lazer, assim como o próprio estado físico da casa e do trabalho, acabaram se misturando. Isso levou à completa exaustão, pois a preocupação virou um trabalho de 24h por dia. Nesse período, muitas pessoas viram que seu trabalho poderia ser feito remotamente, sem perder a produtividade.

Superficialmente, diz-se que é um movimento geracional que tem a ver com a falta de querer ou a *desmotivação* para trabalhar. *Isso faria com que muitos trabalhadores desistissem de seus empregos ou não cumprissem com mais do que o combinado na hora da contratação.* Na contramão, a demissão silenciosa é muito mais que isso. Não se trata, assim, apenas de um desânimo ou de quem opta por fazer o mínimo, mas pode ser uma resposta à cobrança excessiva de produtividade e entrega. Muitos não veem futuro na empresa em que estão empregados, estão psicologicamente separados de seu trabalho ou não satisfeitos com a descrição do cargo. Também, a maioria das pessoas que começam a agir dessa forma está procurando por novos empregos. [...]

O papel dos gestores

De acordo com um estudo publicado no *Harvard Business Review*, o *Quiet Quitting* “tem mais a ver com a inabilidade dos gestores de manterem uma boa comunicação do que propriamente com a falta de vontade dos empregados. Confiar na sua liderança influencia muito em como se portar no trabalho e, quanto mais um líder abertamente conversa com seu subordinado, maior é o nível de confiança. Isso resulta em um sentimento de que seu trabalho tem algum propósito, que o esforço vale a pena e que o gestor se importa com seu bem-estar”.

Natália, porém, lembra que esse fenômeno não atinge a classe trabalhadora por inteiro: “*Isso não é hegemônico*, tem um recorte de classe”. A pesquisadora ainda salienta que pessoas que não podem escolher entre trabalhar ou não, muitas vezes não podem optar pelo *Quiet Quitting*.

Fonte: ESTANISLAU, Julia. “*Quiet Quitting*” fenômeno nas redes sociais, é uma forma de reação à vida real. *Jornal da USP* (online), 01 nov. 2022 (adaptado).

01

De acordo com o texto, o *quiet quitting*

- (A) é típico de uma geração que não tem vontade de trabalhar, nunca está satisfeita com o trabalho e não sabe se relacionar com os gestores.
- (B) é um comportamento que atinge toda uma geração independentemente da classe social.
- (C) é um fenômeno que ganhou força na pandemia, momento em que as fronteiras entre o pessoal e o profissional se diluíram.
- (D) é um movimento que conquistou as redes sociais, especialmente o TikTok, em resposta a decisões de gestores de demitir em massa trabalhadores durante a pandemia.
- (E) é uma proposta de reconfiguração do ambiente de trabalho às exigências das novas gerações, que desejam uma progressão de carreira mais rápida.

02

Em “Isso não é hegemônico” (quinto parágrafo), o pronome “isso” refere-se

- (A) ao *quiet quitting*.
- (B) à classe trabalhadora.
- (C) ao estudo publicado no *Harvard Business Review*.
- (D) à confiança nos líderes.
- (E) à cobrança excessiva de produtividade.

03

Em “Isso faria com que muitos trabalhadores desistissem de seus empregos ou não cumprissem com mais do que o combinado na hora da contratação” (terceiro parágrafo), o verbo “fazer” está conjugado no Futuro do Pretérito. Caso o conjuguemos no Futuro do Presente, as três formas verbais grifadas, de acordo com a norma culta da língua portuguesa, passariam a:

- (A) Fará, desistirão, cumprirão.
- (B) Faz, desistam, cumpram.
- (C) Faz, desistirem, cumprirem.
- (D) Fará, desistam, cumpram.
- (E) Faz, desistirem, cumprirem.

04

Assinale a alternativa em que se encontra uma palavra formada pelo(s) mesmo(s) processo(s) que “*desmotivação*” (terceiro parágrafo):

- (A) Produtividade.
- (B) Estudo.
- (C) Bem-estar.
- (D) Desânimo.
- (E) Inabilidade.



TEXTO PARA AS QUESTÕES 05 A 06

Ataque em escola expõe carência de ensino inclusivo a crianças e adolescentes

Lei federal incentiva combate ao assédio moral sistemático, mas instituições precisam adotar medidas concretas contra o preconceito, a exclusão e a violência.

O recente ataque de um aluno de 13 anos em uma escola estadual de São Paulo, que resultou na morte de uma professora e cinco pessoas feridas, não é um caso isolado.

Ele retrata comportamentos moldados pela mais absoluta carência de valores e indiferença a sentimentos alheios, somados à ineficácia de gestões públicas na implementação de práticas inclusivas, formação continuada, valorização de professores e aplicação de leis.

Um grande erro é pensar que o bullying e o preconceito estão atrelados a uma mera vocação violenta.

Essa visão nos faz buscar vilões e heróis na história, acreditando que basta retirarmos os vilões que o problema será extirpado.

O aumento da violência dentro das escolas está diretamente ligado à ausência de práticas inclusivas e preventivas nas instituições de ensino. Ignorar isso é um equívoco perigoso.

O respeito à diversidade precisa ser ensinado nas escolas, locais repletos de pessoas em formação e distintas umas das outras, um mundo bem diferente do ambiente doméstico.

Pesquisa feita pela FEBRABAN-IPESPE mostrou a escola como ambiente mais propício a esse tipo de assédio moral — sendo cor, raça e orientação sexual as principais razões para o bullying. O estudo "Bullying e Cancelamento: Impacto na Vida do Brasileiro" ouviu 3.000 pessoas nas cinco regiões do país em 2022.

A violência precisa ser tratada com seriedade por toda a comunidade escolar. É preciso que as instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, adotem medidas efetivas de combate e prevenção ao bullying, conforme estabelece a lei 13.185/2015 – Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

A lei informa, por exemplo, que é dever do estabelecimento de ensino assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática.

A educação inclusiva traz resultados efetivos em uma escola quando desenvolvida com uma rede de profissionais especializados em educação inclusiva. O núcleo deve agir de forma abrangente nas comunidades escolares, envolvendo todas as questões de diversidade e preconceitos.

Esse grupo especializado se movimenta usando todos os seus tentáculos. Atua diretamente nas formações continuadas de professores, das famílias e de alunos para que todos se tornem agentes de mudança e contribuam para um ambiente respeitoso e que gere muito mais garantia de aprendizagem. [...]

Fonte: VIDEIRA, Carolina. Ataque em escola expõe carência do ensino inclusivo. Folha UOL (online), 30 mar. 2023 (adaptado).

05

Segundo o texto, a violência na escola

- (A) pode ser combatida por ações formativas que envolvem professores, famílias e alunos.
- (B) decorre da ausência de legislação pertinente sobre o tema.
- (C) é resultado da diversidade de valores das pessoas em formação e que são distintas umas das outras.
- (D) é efeito de projetos malconduzidos de educação inclusiva, que estimulam práticas de assédio moral.
- (E) não é um problema sistêmico, podendo ser combatida com ações isoladas em cada comunidade.

06

Em "Esse grupo especializado se movimenta usando todos os seus tentáculos" (último parágrafo), observa-se o uso de

- (A) metáfora.
- (B) personificação.
- (C) hipérbole.
- (D) sinestesia.
- (E) eufemismo.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 07 A 09

'A Spiraling Loop of Feedbacks':
Worst-Case Scenario for Amazon Rainforest

A paper to be published in the *Journal Science* on January 27 has found that humans have degraded more than one-third of the remaining trees in the Amazon rainforest. This degradation could eventually lead to "a spiraling loop of feedbacks," Jos Barlow, a professor of conservation science at Lancaster University in the U.K. and co-author of the paper, told Newsweek.

Up to 38 percent of the remaining Amazon has been affected by human actions, researchers from Brazil's University of Campinas (Unicamp), the Amazon Environmental Research Institute (IPAM), National Institute for Space Research (INPE), and Lancaster University found.

The degradation of this area—equivalent to 5.5 times the size of the state of California—releases carbon emissions equivalent to or greater than those from deforestation.

The Amazon contributes 16 percent of all the land-based photosynthesis in the world, and strongly regulates global carbon and water cycles, sucking in carbon dioxide and producing oxygen. Additionally, *despite* only covering around 0.5 percent of the Earth's surface, the Amazon is home to over 10 percent of all named plant and vertebrate species on Earth.

"Healthy rainforests provide amazing habitat for biodiversity—this is what the Amazon is most famous for," Sally Thompson, an ecohydrologist at The University of Western Australia, told Newsweek. "They usually support clean water in rivers, make it rain, and cool the surrounding area. You can hunt, harvest timber or foods sustainably from healthy and well-managed forests. And a healthy forest can often recover from disturbance. Degraded forests aren't as good at doing any of



those things, and often they struggle to recover from disturbance."

Deforestation involves a loss of the forest canopy and a change in land use (e.g., from forest to agriculture or urban land use), while degradation is a process affecting the remaining forests. Degradation essentially means that there is still forest in place but it is not as healthy or as good at providing benefits for the environment or for people.

THOMSON, Jess. 'A Spiraling Loop of Feedbacks': Worst-Case Scenario for Amazon Rainforest. Newsweek (online), 26 jan. 2023 (adaptado).

07

De acordo com o texto, a degradação da Floresta Amazônica tem como decorrência

- (A) a diminuição de um terço da mata restante na região.
- (B) a redução em 38 por cento de floresta afetada.
- (C) o aumento de protestos organizados por pesquisadores do meio ambiente e ecologistas.
- (D) a emissão de carbono igual ou superior àquela causada por desmatamento.
- (E) o crescimento proporcional de áreas desmatadas.

08

De acordo com o texto, a degradação e o desmatamento são processos diferentes, pois

- (A) referem-se a quantidades diversas de área florestal.
- (B) o desmatamento afeta árvores remanescentes.
- (C) são estudadas por pesquisadores de áreas diversas do campo científico.
- (D) as regiões devastadas deixam de beneficiar ora o meio ambiente, ora as pessoas.
- (E) a degradação envolve a perda de saúde da mata existente.

09

Leia a sentença a seguir:

"Up to 38 percent of the remaining Amazon has been affected by human actions, researchers from Brazil's University of Campinas (Unicamp), the Amazon Environmental Research Institute (IPAM), National Institute for Space Research (INPE), and Lancaster University found."

Assinale a alternativa que apresenta sentença cujo uso da expressão "up to" é semelhante ao empregado no trecho apresentado.

- (A) They can really do the task, but they do not seem *up to* it.
- (B) Usually, levels range *up to* intermediate here.
- (C) It is *up to* the jury to decide on the verdict.
- (D) Being online for so long, we thought they were *up to* something.
- (E) Data suggests that the documents have been kept *up to* date according to scientific research.

10

Um empréstimo de R\$ 3.000.000,00 foi obtido por uma empresa e será liquidado em quatro parcelas anuais. A taxa de juros compostos negociada foi 10% ao ano, as parcelas são calculadas de acordo com o sistema de amortização constante (SAC) e a empresa deve pagar juros e principal em cada parcela. O saldo devedor remanescente do empréstimo no final do segundo ano, após o pagamento da segunda parcela, era:

- (A) R\$ 1.500.000,00
- (B) R\$ 2.055.000,00
- (C) R\$ 2.100.000,00
- (D) R\$ 2.130.000,00
- (E) R\$ 3.000.000,00

11

Uma empresa tinha um título a receber cujo valor nominal era R\$ 200.000. Quando faltavam 3 meses para o recebimento, a empresa realizou um desconto do título em uma instituição financeira, sendo que esta adota o desconto comercial simples para cálculo do valor a ser liberado. Se a taxa de desconto comercial adotada pela instituição financeira foi 4% ao mês e a empresa pagou, adicionalmente, R\$ 8.000 de despesas de contrato na data do desconto, a taxa de custo efetivo da operação foi, em percentual ao trimestre e com duas casas decimais:

- (A) 12,00%
- (B) 12,49%
- (C) 13,64%
- (D) 18,18%
- (E) 19,05%

12

Um produto pode ser adquirido em uma loja de eletrodomésticos que oferece duas alternativas para a compra:

- Pagamento à vista no valor de R\$ 5.700,00;
- Compra a prazo, sendo uma entrada no valor de R\$ 1.500,00 e o pagamento de uma parcela adicional no valor de R\$ 4.452,00 após 2 meses da data da compra.

Se a empresa utiliza o regime de capitalização simples para definir o valor da parcela adicional, a taxa de juros simples, em percentual ao mês, que é cobrada na venda a prazo é

- (A) 0,53%
- (B) 1,06%
- (C) 2,96%
- (D) 3,00%
- (E) 6,00%



13

Para a liquidação de uma dívida, um devedor ainda precisa pagar duas parcelas com os seguintes valores e datas de vencimento:

- R\$ 10.000,00 que vence na data de hoje;
- R\$ 16.000,00 que vencerá daqui a um mês.

Em decorrência de problemas financeiros temporários, o devedor precisa renegociar a forma de pagamento da dívida e propõe ao credor a seguinte forma de pagamento:

- Pagar uma parcela de R\$ 4.000,00 na data de hoje;
- Liquidar o saldo remanescente da dívida em uma única parcela adicional que será paga daqui a dois meses.

Se a taxa de juros compostos cobrada pelo credor é 3% ao mês, o valor da parcela adicional a ser paga, desprezando-se os centavos, será:

- (A) R\$ 22.000
- (B) R\$ 22.660
- (C) R\$ 22.845
- (D) R\$ 23.320
- (E) R\$ 23.340

14

Uma aplicação financeira no valor de R\$ 50.000 foi realizada no dia 31/03/2020 e remunera a taxa de juros compostos de 3% ao mês. Se não ocorreu nenhum resgate até o dia 30/06/2020 e considerando meses de 30 dias, o saldo da aplicação financeira era, desprezando os centavos,

- (A) R\$ 53.000
- (B) R\$ 53.045
- (C) R\$ 54.500
- (D) R\$ 54.636
- (E) R\$ 56.000

15

Uma aplicação financeira foi realizada com prazo de três meses e remunera a taxa de juros compostos de 1,9613% ao mês. O valor aplicado foi R\$ 100.000,00 e, no final do prazo da aplicação, o valor resgatado foi R\$ 106.000. Se a inflação ocorrida no prazo da operação foi 4%, a taxa efetiva real obtida na aplicação foi:

- (A) 0,666% ao mês.
- (B) 1,92% no período.
- (C) 1,92% ao mês.
- (D) 1,96% ao mês.
- (E) 2% no período.

16

A empresa *Comércio de Peixes S.A.* adquiriu 80% das ações da *Cia. Tilápia* por R\$ 40.000.000,00 que foram pagos à vista. A data da aquisição foi 31/12/2019 e, nesta data, o Patrimônio Líquido contábil da *Cia. Tilápia* era R\$ 24.000.000,00. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da *Cia. Tilápia* era R\$ 60.000.000,00 na data da aquisição e a diferença entre este valor justo e o valor contábil do Patrimônio Líquido contábil era decorrente da variação entre o valor de custo contabilizado e o valor justo de um terreno. No período de 01/01/2020 a 31/12/2020, a *Cia. Tilápia* reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido de 2020: R\$ 4.000.000,00
- Dividendos distribuídos e pagos em 2020: R\$ 1.000.000,00

Com base nestas informações é correto afirmar que:

- (A) O valor reconhecido na conta Investimentos da empresa *Comércio de Peixes S.A.*, na data da aquisição, foi R\$ 40.000.000,00.
- (B) O resultado de equivalência patrimonial do ano de 2020 registrado pela *Comércio de Peixes S.A.* foi R\$ 2.400.000,00.
- (C) O valor reconhecido no resultado da empresa *Comércio de Peixes S.A.*, na data da aquisição, foi um ganho de R\$ 8.000.000,00.
- (D) O valor reconhecido na conta Investimentos da empresa *Comércio de Peixes S.A.*, na data da aquisição, foi R\$ 19.200.000,00.
- (E) O valor do ágio pago pela empresa *Comércio de Peixes S.A.* por expectativa de rentabilidade futura foi R\$ 20.800.000,00.

17

Em relação à Contabilidade Aplicada ao Setor Público de uma autarquia pública estadual,

- (A) o seu objeto é o orçamento público e o regime orçamentário é base para a determinação do resultado patrimonial do período.
- (B) o regime orçamentário deve ser utilizado para apurar o resultado de execução do orçamento, sendo que as receitas são reconhecidas no estágio de arrecadação e as despesas no estágio de liquidação.
- (C) as variações patrimoniais quantitativas, independentes ou resultantes da execução orçamentária, alteram o valor da situação patrimonial líquida.
- (D) as demonstrações contábeis são elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976.
- (E) os ingressos extraorçamentários geram variações patrimoniais qualitativas sem efeito no resultado financeiro do período em que ocorrem.



18

A empresa *Mercadorias Populares S.A.* adquiriu, em 10/11/2020, produtos para revenda, pagando os seguintes valores para tê-los em condições de venda no seu depósito:

- Pagamento ao fornecedor: R\$ 219.000,00
- Pagamento de frete para transporte das mercadorias até a empresa: R\$ 3.000,00
- Pagamento de seguro para o transporte até o depósito: R\$ 2.000,00

Nos diversos pagamentos efetuados estão incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 23.000,00 e tributos não recuperáveis no valor de R\$ 16.000,00.

No dia 10/12/2020 a empresa vendeu todas estas mercadorias pelo valor líquido de R\$ 405.000,00 e pagou R\$ 4.500,00 de comissão para os vendedores e R\$ 7.000,00 de frete para entrega das mercadorias vendidas. O lucro bruto apurado pela empresa *Mercadorias Populares S.A.*, especificamente em relação à compra e venda das mercadorias citadas, foi,

- (A) R\$ 192.500,00
 (B) R\$ 197.000,00
 (C) R\$ 199.500,00
 (D) R\$ 204.000,00
 (E) R\$ 220.000,00

19

Uma empresa adquiriu um equipamento para utilização na sua atividade produtiva. A aquisição foi paga à vista e as seguintes informações sobre o equipamento e a política da empresa são conhecidas:

- Data da aquisição: 30/06/2019
- Valor pago pelo equipamento R\$ 4.000.000,00
- Vida útil definida pela empresa: 8 anos
- O valor residual esperado para venda do equipamento, no final do prazo de vida útil definido pela empresa, era R\$ 640.000,00

Em 31/12/2021, a empresa vendeu o equipamento, à vista, por R\$2.980.000,00. Sabendo que a empresa adota o método das cotas constantes para cálculo da depreciação, o resultado apurado na venda do equipamento, evidenciado na Demonstração do Resultado de 2021, foi:

- (A) Prejuízo no valor de R\$ 1.020.000,00
 (B) Lucro no valor de R\$ 230.000,00
 (C) Lucro no valor de R\$ 670.000,00
 (D) Lucro no valor de R\$ 30.000,00
 (E) Lucro no valor de R\$ 240.000,00

20

A empresa *Vende de Tudo S.A.* realizou as seguintes vendas de mercadorias no dia 01/12/2021:

- Vendas à vista: R\$ 1.000.000,00
- Vendas a prazo: R\$ 1.320.000,00

A data de vencimento das vendas a prazo será em 01/12/2023 e a empresa praticava, na data da venda, a taxa de juros de 0,398% ao mês (equivalente a 4,88% ao ano e a 10% em dois anos) para suas vendas a prazo.

Na Demonstração do Resultado do ano de 2021 a empresa deveria reconhecer, em decorrência das vendas efetuadas em 01/12/2021:

- (A) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.200.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 4.776,00.
 (B) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.320.000,00, apenas.
 (C) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.200.000,00, apenas.
 (D) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.188.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 4.728,24.
 (E) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.200.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 5.000,00.

21

É apresentada a seguir a Demonstração do Resultado do ano de 2017 de uma empresa comercial (valores expressos em reais e desprezando os centavos).

Demonstração do Resultado 01/01/2017 a 31/12/2017	
Receita Bruta de Vendas	600.000
(-) Impostos sobre vendas	(137.500)
(=) Receita Líquida	462.500
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(187.500)
(=) Lucro Bruto	275.000
(-) Despesas operacionais	
Despesa de depreciação	(43.750)
Despesa com salários	(25.000)
INSS sobre salários (empresa)	(5.000)
FGTS sobre salários	(2.000)
(=) Lucro antes do IR e CSLL	199.250
(-) IR e CSLL	(44.250)
(=) Lucro Líquido	155.000

Sabendo-se que o valor dos tributos recuperáveis referentes aos produtos comercializados em 2017 foi R\$ 33.750,00, o valor adicionado total gerado pela empresa no período foi,

- (A) R\$ 155.000,00
 (B) R\$ 197.500,00
 (C) R\$ 335.000,00
 (D) R\$ 368.750,00
 (E) R\$ 378.750,00



22

O Patrimônio líquido de uma empresa apresentava, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, a seguinte composição (valores expressos em reais):

Capital Social	32.000.000,00
Reserva Legal	5.600.000,00
Reserva Estatutária	2.000.000,00
Reserva para Expansão	<u>1.200.000,00</u>
Total do Patrimônio Líquido	40.800.000,00

As seguintes informações, relacionadas ao ano de 2021, que impactaram o patrimônio líquido da empresa, foram identificadas:

- O lucro líquido apurado em 2021 foi R\$ 19.200.000,00
- As seguintes reservas foram constituídas:
 - I. *Reserva Legal*, de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
 - II. *Reserva Estatutária* no valor correspondente a 10% do Lucro Líquido sem qualquer dedução.
- O estatuto da empresa não define o critério para cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

O valor do dividendo mínimo obrigatório que deveria ser evidenciado no passivo, no Balanço Patrimonial da empresa em 31/12/2021, era

- (A) R\$ 4.560.000,00
 (B) R\$ 4.800.000,00
 (C) R\$ 8.240.000,00
 (D) R\$ 9.120.000,00
 (E) R\$ 9.200.000,00

23

A receita corrente líquida referente ao exercício financeiro de 2022 de um governo estadual é composta

- (A) pela receita de serviços lançada em 2022 e arrecadada em janeiro de 2023 por uma de suas autarquias.
 (B) pela receita decorrente de juros sobre aplicação financeira reconhecida como variação patrimonial aumentativa em dezembro de 2022 e como receita orçamentária realizada conforme a Lei nº 4.320/1964 em fevereiro de 2023.
 (C) pela receita de alienação de bens móveis lançada e arrecadada em dezembro de 2022.
 (D) pelos valores retidos na folha de salários de pessoal em dezembro de 2022 referentes à contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
 (E) pela receita tributária do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) arrecadada no exercício financeiro de 2022, deduzida da parcela entregue aos municípios por determinação constitucional.

24

Em 02/01/2018 uma empresa adquiriu um equipamento à vista por R\$ 30.000.000,00 que entrou em operação imediatamente. A empresa tem como política utilizar o equipamento por 8 anos e, no final deste prazo de utilização, o mesmo poderá ser vendido por R\$ 2.000.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação, tendo em vista que a utilização do equipamento ocorre de forma contínua durante 24 horas por dia. No final de 2018 a empresa fez o teste de recuperabilidade do ativo (teste de “impairment”) e, para isto, dispunha dos seguintes valores nessa data:

- Valor em uso: R\$ 26.300.000,00
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 26.000.000,00

O valor contábil da máquina evidenciado no Balanço Patrimonial em 31/12/2018 foi:

- (A) R\$ 24.500.000,00
 (B) R\$ 26.000.000,00
 (C) R\$ 26.250.000,00
 (D) R\$ 26.300.000,00
 (E) R\$ 26.500.000,00

25

Uma empresa obteve um empréstimo junto a uma instituição financeira, com as seguintes características:

- Data da obtenção do empréstimo: 31/12/2019
- Valor do empréstimo: R\$ 5.000.000,00
- Prazo do empréstimo: 6 anos
- Taxa de juros compostos: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas anuais e iguais no valor de R\$ 1.148.037,00, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2020
- Pagamento, na data da obtenção do empréstimo, de custos de transação no valor total de R\$ 150.000,00

Sabendo-se que a taxa de custo efetivo do empréstimo foi 11% ao ano, é correto afirmar, em relação a esta operação, que o

- (A) saldo total das contas de passivo (circulante e não circulante) apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 foi R\$ 4.351.963,00.
 (B) valor dos encargos financeiros registrado na Demonstração do Resultado em 2020 foi R\$ 500.000,00.
 (C) valor dos encargos financeiros registrado na Demonstração do Resultado em 2020 foi R\$ 650.000,00.
 (D) impacto total no passivo, na data da obtenção do empréstimo, foi R\$ 5.000.000,00.
 (E) saldo total das contas de passivo (circulante e não circulante) apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 foi R\$ 4.235.463,00.



TEXTO PARA AS QUESTÕES 26 A 28

No mês de julho de 2023, ocorreram as seguintes transações em uma autarquia pública estadual:

- Arrecadação de receita de serviços prestados no mês de junho de 2023 no valor de R\$ 800.000,00.
- Recebimento de transferência financeira do tesouro estadual no valor de R\$ 2.000.000,00 no mês de julho de 2023, cujo direito a receber havia sido reconhecido em junho de 2023.
- Devolução de um depósito caução no valor de R\$ 20.000,00.
- Lançamento e recebimento de transferências voluntárias de capital do governo federal no valor de R\$ 950.000,00.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 2.190.000,00.
- Empenho de despesas correntes com outros serviços de terceiros – pessoa jurídica no valor de R\$ 170.000,00. Os serviços foram prestados no mês de agosto de 2023.
- Utilização de material de consumo no valor de R\$ 120.000,00. O material de consumo estava em estoque no início do mês de julho de 2023 e se refere a despesa orçamentária liquidada em maio de 2023.
- Pagamento de restos a pagar processados no valor de R\$ 100.000,00, cuja inscrição ocorreu em 2022.

26

Com base nessas transações tomadas em conjunto, em julho de 2023, o resultado patrimonial da autarquia pública estadual foi

- (A) reduzido em R\$ 1.240.000,00
- (B) reduzido em R\$ 1.360.000,00
- (C) reduzido em R\$ 1.530.000,00
- (D) aumentado em R\$ 1.420.000,00
- (E) aumentado em R\$ 1.440.000,00

27

Com base nessas transações tomadas em conjunto, em julho de 2023, o total do ativo da autarquia pública estadual foi

- (A) reduzido em R\$ 1.380.000,00
- (B) reduzido em R\$ 1.480.000,00
- (C) aumentado em R\$ 830.000,00
- (D) aumentado em R\$ 1.320.000,00
- (E) aumentado em R\$ 1.440.000,00

28

Com base nessas transações tomadas em conjunto, em julho de 2023, o resultado de execução orçamentária da autarquia pública estadual conforme a Lei nº 4.320/1964 foi

- (A) reduzido em R\$ 610.000,00
- (B) reduzido em R\$ 630.000,00
- (C) reduzido em R\$ 1.240.000,00
- (D) aumentado em R\$ 1.270.000,00
- (E) aumentado em R\$ 1.390.000,00

29

Nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público de uma autarquia pública estadual,

- (A) o recebimento de um depósito caução gera uma variação patrimonial aumentativa classificada como Transferências e Delegações Recebidas na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (B) a despesa empenhada e não liquidada tem o seu montante computado no valor das Despesas Orçamentárias evidenciadas no Balanço Financeiro.
- (C) o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de um ativo imobilizado gera uma redução no total do ativo financeiro e, por consequência, reduz o superávit financeiro.
- (D) os softwares desenvolvidos internamente e utilizados para o controle do patrimônio e almoxarifado devem ser classificados como Investimentos Permanentes no Balanço Patrimonial.
- (E) a despesa empenhada referente à aquisição de computadores, mas não liquidada, deve compor os fluxos de caixa das atividades de investimentos na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

30

Para conseguir dar fiel cumprimento a uma Lei, determinado administrador público necessita editar um decreto. Ao assim fazer, está a exercer qual poder da Administração Pública?

- (A) De polícia.
- (B) Disciplinar.
- (C) Normativo.
- (D) Hierárquico.
- (E) Moderador.

31

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual,

- (A) a principal razão para ativos imobilizados serem mantidos por uma entidade do setor público é a sua capacidade de gerar benefícios econômicos.
- (B) uma entidade recebe o valor da outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual em uma transação com contraprestação.
- (C) o custo histórico e o preço presumido são bases de mensuração do ativo que fornecem valores de entrada para a entidade.
- (D) a representação fidedigna e a compreensibilidade são características qualitativas da informação contábil.
- (E) a despesa corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade, inclusive as oriundas de distribuições aos proprietários.



32

Considere as seguintes informações sobre um lote de tablets para distribuição gratuita a estudantes que estava registrado no estoque de uma autarquia pública estadual de ensino em 30/06/2023:

- Preço de Compra: R\$ 800.000,00
- Fretes e Seguros sobre Compra: R\$ 1.000,00
- Abatimentos Obtidos: R\$ 20.000,00

No dia 31/07/2023, a autarquia que adquiriu o lote de tablets não havia realizado a distribuição para os estudantes e constatou que, nesta data, o valor realizável líquido do lote era R\$ 760.000,00 e o custo corrente de reposição era R\$ 782.000,00. Desconsiderando os efeitos dos tributos, o lote de tablets foi mensurado em 31/07/2023, em conformidade com a NBC TSP 04 - Estoques, pelo valor de

- (A) R\$ 760.000,00
- (B) R\$ 780.000,00
- (C) R\$ 781.000,00
- (D) R\$ 782.000,00
- (E) R\$ 801.000,00

33

De acordo com a NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, uma receita sem contraprestação é reconhecida por um governo estadual quando

- (A) da retenção da contribuição para o regime geral de previdência referente à prestação de serviços por pessoa física.
- (B) do recebimento de um depósito caução.
- (C) do recebimento de um terreno em transferência, com condições a ele atreladas.
- (D) do reconhecimento do direito de receber uma multa por quebra de um contrato por parte de um de seus fornecedores.
- (E) da prestação de serviços de saúde a preço praticado no mercado.

34

Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade, os auditores depararam-se com a incerteza quanto à realização de um ativo mensurado em bases razoáveis e que é considerado relevante para as demonstrações contábeis da entidade auditada. Diante disso, qual é a implicação dessa circunstância para o Auditor na emissão do seu relatório de auditoria?

- (A) O relatório deve conter parágrafo de ênfase.
- (B) O relatório deve ser apresentado sem ressalva.
- (C) O relatório deve conter parecer com ressalva ou adverso.
- (D) O relatório deve ser apresentado com abstenção de opinião.
- (E) O relatório deve conter ênfase sobre a continuidade operacional da entidade.

35

Em 01/08/2022, um hospital universitário estadual empenhou despesa orçamentária no valor de R\$ 600.000,00 referente à aquisição de um equipamento médico-hospitalar para ser utilizado para a prestação de serviços à população. Em 31/08/2022, o equipamento foi entregue pelo fornecedor e a despesa orçamentária foi liquidada pelo valor total do empenho. Em 30/09/2022, o equipamento foi colocado em condições de uso, mas para isso foi necessário contratar serviços de terceiros – pessoa jurídica, cuja despesa orçamentária no valor de R\$ 6.000,00 foi empenhada em 02/09/2022. Os serviços foram prestados em setembro de 2022 e a despesa foi liquidada, pelo valor total do empenho, em 03/10/2022.

No reconhecimento do ativo, a vida útil econômica e o valor residual do equipamento foram estimados, respectivamente, em 10 anos e R\$ 30.000,00 e não houve reestimativas desses parâmetros. O hospital universitário utiliza o método de custo para a mensuração após o reconhecimento e o método das quotas constantes para a apuração da depreciação. Em 31/12/2022, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2022, o hospital universitário realizou o teste de redução ao valor recuperável do equipamento e constatou que, nessa data, o valor em uso do equipamento era R\$ 590.000,00 e o valor justo líquido de despesas de venda era R\$ 580.000,00.

Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,

- (A) o valor da depreciação acumulada do equipamento em 31/12/2022 era R\$ 15.150,00.
- (B) a variação patrimonial diminutiva com uso de bens, serviços e consumo de capital fixo em 2022 foi R\$ 16.000,00.
- (C) a quota de depreciação mensal referente ao mês de dezembro de 2022 foi R\$ 4.750,00.
- (D) o valor contábil do equipamento em 31/12/2022 era R\$ 580.000,00.
- (E) a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos em 2022 foi R\$ 1.600,00.

36

Em 03/05/2023, uma autarquia pública estadual realizou a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 200.000,00, cujo recurso de cobertura para a abertura de tal crédito foi o excesso de arrecadação. Sendo assim, em 03/05/2023, para o registro da abertura do crédito adicional especial, a autarquia estadual utilizou contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público das classes

- (A) 1 e 2.
- (B) 1 e 3.
- (C) 3 e 6.
- (D) 5 e 6.
- (E) 7 e 8.



37

Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 31/12/2022 e a Demonstração do Resultado para o ano 2022 de uma empresa, são apresentados a seguir:

Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 31/12/2022 (valores em reais)

ATIVO	31/12/21	31/12/22	PASSIVO	31/12/21	31/12/22
Ativo circulante	480.000	682.000	Passivo circulante	400.000	480.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	80.000	202.000	Fornecedores	240.000	116.000
Clientes	240.000	180.000	Dividendos a Pagar	-	64.000
Estoques	160.000	280.000	Empréstimos	160.000	236.000
Despesas antecipadas	-	20.000	Impostos a Pagar	-	64.000
Ativo não circulante	602.000	766.000	Patrimônio Líquido	682.000	968.000
Investimentos	56.000	86.000	Capital	600.000	600.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	82.000	368.000
Máquinas e Equipamentos	376.000	680.000			
Terrenos	170.000	-			
TOTAL DO ATIVO	1.082.000	1.448.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	1.082.000	1.448.000

Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2022 a 31/12/2022 (valores em reais)

Receitas de Vendas	1.440.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(660.000)
(=) Resultado com Mercadorias	780.000
(-) Despesas Operacionais	
• Depreciação	(84.000)
• Outras Despesas Operacionais	(392.000)
(+) Outras Receitas e Despesas	
• Resultado de Equivalência Patrimonial	30.000
(+) Resultado antes dos Efeitos Financeiros	334.000
(-) Despesas Financeiras	(16.000)
(=) Resultado após os Efeitos Financeiros	318.000
(=) Outras Receitas e Despesas não Recorrentes	
Lucro na Venda de Terrenos	96.000
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	414.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	(64.000)
(=) Resultado Líquido	350.000

Sabendo-se que durante o ano de 2022 a empresa não pagou despesas financeiras e não liquidou qualquer empréstimo, o valor em reais correspondente ao Caixa gerado pelas Atividades Operacionais foi,

- (A) R\$ 168.000,00
 (B) R\$ 184.000,00
 (C) R\$ 204.000,00
 (D) R\$ 210.000,00
 (E) R\$ 280.000,00

38

Em razão de situação de emergência, determinado administrador público vê a imperiosa necessidade de desrespeitar a ordem cronológica no dever de pagamento da Administração e pergunta a você, contador(a), como deve agir nos termos da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.13/2021). Você responderá corretamente se disser que a ordem cronológica poderá ser alterada, desde que, dentre outros requisitos, haja prévia:

- (A) Justificativa da autoridade competente.
 (B) Comunicação ao tribunal de contas competente.
 (C) Comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
 (D) Autorização judicial do Tribunal competente.
 (E) Apuração de responsabilidade do agente responsável



39

Uma autarquia pública estadual de ensino reclamou na justiça uma indenização por danos causados ao patrimônio público, citando o responsável pela realização de um evento científico em suas dependências como réu. Em 31/12/2022, o setor jurídico da autarquia julgou que a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços era provável no exercício financeiro de 2023, mas não era certa, e a divulgação de informação sobre a demanda judicial não prejudicava a autarquia na disputa. Anteriormente a 31/12/2022, o setor jurídico julgava que a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços não era provável de acontecer.

De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a autarquia estadual deveria

- (A) reconhecer um ativo contingente no seu ativo não circulante em 31/12/2022.
- (B) reconhecer um ativo contingente no seu ativo circulante em 31/12/2022.
- (C) reconhecer uma provisão de curto prazo em seu ativo em 31/12/2022.
- (D) evidenciar uma breve descrição da natureza do ativo contingente na data das demonstrações contábeis.
- (E) evidenciar uma breve descrição da natureza da provisão na data das demonstrações contábeis.

40

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os gastos com insumos utilizados na fase de pesquisa de um novo medicamento por uma autarquia pública estadual devem ser

- (A) reconhecidos como um ativo intangível gerado internamente, desde que seja possível estimar os benefícios econômicos futuros.
- (B) divulgados como uma variação patrimonial qualitativa em quadro suplementar da demonstração das variações patrimoniais.
- (C) reconhecidos como uma variação patrimonial quantitativa, uma vez que aumentam o valor total do ativo.
- (D) reconhecidos como uma variação patrimonial diminutiva, pois a entidade não está apta a demonstrar a existência de um ativo intangível na fase de pesquisa.
- (E) diferidos para serem reconhecidos no resultado patrimonial quando da geração de potencial de serviços pelo ativo resultante da pesquisa.

41

Na auditoria de um projeto social de entidade sem fins lucrativos, o auditor identificou uma falha no registro contábil das receitas provenientes da transferência de recursos do governo estadual. O valor total dos recursos repassados foi de R\$ 500.000,00, mas a entidade registrou incorretamente R\$ 50.000,00 como receita financeira, ao invés de utilizar a rubrica contábil correta. A ação correta a ser tomada pelo auditor nessa situação é emitir relatório de auditoria

- (A) com ressalva, destacando a falha encontrada nos registros contábeis.
- (B) com opinião adversa, devido à falha encontrada nos registros contábeis.
- (C) sem ressalva, pois a falha identificada não impactou significativamente as demonstrações contábeis.
- (D) com parecer com abstenção de opinião, pois a falha é considerada trivial e pode ser corrigida e não traz prejuízos a continuidade do projeto.
- (E) com abstenção de opinião, pois não tem informação suficiente para concluir se produz impactos relevantes e generalizados para as demonstrações contábeis.

42

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada à Auditoria (NBC TA) que define a responsabilidade do auditor em relação a fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, assinale a alternativa que define a diferença entre fraude e erro na auditoria.

- (A) Fraude refere-se a distorções não intencionais nas demonstrações contábeis, enquanto erro refere-se a ações intencionais de manipulação dos registros contábeis.
- (B) Fraude e erro são sinônimos e podem ser usados indistintamente na auditoria para se referir a distorções nas demonstrações contábeis.
- (C) Fraude refere-se a distorções intencionais nas demonstrações contábeis, enquanto erro refere-se a distorções não necessariamente intencionais.
- (D) Fraude refere-se apenas a ações realizadas por terceiros externos à entidade auditada, enquanto erro refere-se a ações internas dos funcionários da entidade.
- (E) Fraude refere-se apenas a distorções materiais nas demonstrações contábeis, enquanto erro refere-se a distorções imateriais.



43

Dentre os princípios fundamentais de ética profissional relevantes para o auditor quando da condução de auditoria de demonstrações contábeis, que estão implícitos no Código de Ética Profissional do Contabilista e na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas à Auditoria (NBC TA), que trata do controle de qualidade cujo cumprimento é exigido dos auditores, assinale a alternativa correta.

- (A) Integridade, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e comportamento (ou conduta) profissional.
- (B) Ceticismo profissional, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e comportamento (ou conduta) profissional.
- (C) Integridade, ceticismo profissional, competência e zelo profissional, confidencialidade e julgamento opinativo.
- (D) Integridade, objetividade, ceticismo profissional, confidencialidade e comportamento (ou conduta) profissional.
- (E) Ceticismo profissional, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e julgamento opinativo.

44

Ao conduzir a auditoria das demonstrações contábeis de uma empresa de construção civil, a equipe de auditoria se deparou com uma possível irregularidade envolvendo uma transação com alto valor financeiro. Essa transação, caso comprovada, poderia impactar significativamente as demonstrações contábeis da empresa. Nessa situação, a equipe de auditoria deve:

- (A) Desconsiderar a transação em questão, pois a avaliação de sua relevância para as demonstrações contábeis da empresa ainda depende de comprovação.
- (B) Realizar testes adicionais para confirmar ou refutar a irregularidade identificada e avaliar a relevância do impacto nas demonstrações contábeis da empresa.
- (C) Emitir um parecer com ressalvas, destacando a possível irregularidade identificada, sem a necessidade de aprofundar a investigação.
- (D) Informar apenas à alta administração da empresa sobre a possível irregularidade e aguardar as orientações antes de tomar qualquer ação.
- (E) Encerrar a auditoria sem incluir a possível irregularidade no parecer, uma vez que a sua comprovação demandaria muitos recursos e tempo.

45

Imagine a seguinte situação hipotética: determinado agente público, no exercício de suas funções, dá causa à prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem que houvesse autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais. Considerando o capítulo II-B do Código Penal, “*Dos crimes em licitações e contratos administrativos*”, qual crime teria sido cometido por esse agente?

- (A) Contratação direta ilegal.
- (B) Frustração do caráter competitivo da licitação.
- (C) Patrocínio de contratação indevida.
- (D) Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo.
- (E) Contratação inidônea.

46

Sobre a classificação da despesa orçamentária por natureza, é correto afirmar que:

- (A) as aquisições de imóveis ou de bens de capital já em utilização e o aumento de capital em empresas de economia mista são classificadas como Investimentos.
- (B) as despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, incluindo o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial, são classificadas como Juros e Encargos da Dívida.
- (C) os encargos sociais e as contribuições recolhidas pelo ente público às entidades de previdência pública ou complementar são classificados como Outras Despesas Correntes.
- (D) as despesas orçamentárias com cobertura de alimentação, pousada e locomoção urbana, do servidor público estatutário ou celetista que se desloca de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, são classificadas como Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
- (E) a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importar aumento do capital, é classificada como Inversões Financeiras.



47

A empresa *Toda Encrencada S.A.* está respondendo a quatro processos judiciais e as informações referentes a eles, em 31/12/2020 e 31/12/2021, são apresentadas na tabela a seguir:

Nº do Processo	Provisão Reconhecida no passivo em 31/12/2020	Informações disponíveis em 31/12/2021	
		Classificação da probabilidade de perda pela empresa	Valor estimado de Perda
1	R\$ 750.000,00	Provável	R\$ 600.000,00
2	R\$ 450.000,00	Possível	R\$ 270.000,00
3	Zero	Possível	R\$ 240.000,00
4	Zero	Provável	R\$ 360.000,00

Com base nestas informações, o impacto líquido reconhecido no resultado de 2021 da empresa *Toda Encrencada S.A.* foi

- (A) um ganho de R\$ 240.000,00
- (B) uma perda de R\$ 30.000,00
- (C) uma perda de R\$ 180.000,00
- (D) uma perda de R\$ 270.000,00
- (E) uma perda de R\$ 360.000,00

48

Imagine a seguinte situação hipotética: ao assumir suas funções, determinado administrador público se depara com dois atos administrativos aos quais dará soluções diferentes. O primeiro ato possui um vício sanável, cuja correção atende ao interesse público e não prejudica terceiros, pelo que o administrador irá corrigi-lo. Já o segundo ato é válido, mas o novo administrador, por razões de oportunidade e conveniência, decide extingui-lo. Em relação ao primeiro e segundo ato, respectivamente, nomeie o fenômeno jurídico observado.

- (A) Contraposição e convalidação.
- (B) Convalidação e revogação.
- (C) Caducidade e revogação.
- (D) Convalidação e anulação.
- (E) Cumprimento e cassação.

49

Leia a frase a seguir:

“Enquanto aos particulares é permitido fazer o que não está proibido, à Administração Pública só se admite fazer o que a lei permite”.

Considerando os princípios constitucionais da Administração Pública, qual deles melhor se adequa a frase apresentada?

- (A) Impessoalidade.
- (B) Moralidade.
- (C) Autonomia da vontade.
- (D) Controle.
- (E) Legalidade.

50

Sobre a execução do orçamento, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Executivo aprovará um quadro de cotas mensais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar, imediatamente após a promulgação da Lei Orçamentária Anual e com base nos limites nela fixados.
- (B) Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.
- (C) A ordem de pagamento é o despacho exarado pelo serviço de contabilidade do órgão determinando que a despesa seja paga.
- (D) A nota de empenho e os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço são suficientes para a liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados.
- (E) As dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias não poderão ser movimentadas por órgãos centrais de administração geral, exceto quando houver previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias.



51

Em determinada autarquia federal, seu administrador, ao celebrar uma parceria com entidade privada, age para a configuração de um ilícito. Da mesma forma, o procurador da autarquia, na fiscalização da parceria, e o contador, na análise das prestações de contas, também agem para a configuração do ilícito. A respeito dessa situação hipotética, responda: qual dos agentes públicos poderá responder por improbidade administrativa?

- (A) Nenhum deles, pois as autarquias federais não se submetem à lei de improbidade administrativa.
- (B) Nenhum deles, em razão da natureza da parceria (com entidade privada).
- (C) Somente o administrador, pois é dele a responsabilidade pelos atos dos subordinados.
- (D) Somente o procurador, pois a improbidade é um ilícito de natureza jurídica, previsto em Lei.
- (E) Todos: administrador, procurador e contador.

52

Leia o trecho a seguir:

“O ato administrativo pode ser posto em marcha pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário”.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo, 27ª. ed., p. 209. (adaptado).

Qual dos atributos do ato administrativo é conceituado no trecho doutrinário apresentado?

- (A) Presunção de legitimidade.
- (B) Presunção de veracidade.
- (C) Imperatividade.
- (D) Autoexecutoriedade.
- (E) Tipicidade.

53

Determinado município arrecadou, no mês de março de 2023, as seguintes receitas orçamentárias:

Alienação de bens imóveis: R\$ 55.000,00
 Aluguel de imóveis: R\$ 45.000,00
 Contratação de empréstimo: R\$ 275.000,00
 Imposto Predial e Territorial Urbano: R\$ 250.000,00
 Juros e multa de mora de tributos: R\$ 15.000,00
 Receita agropecuária: R\$ 40.000,00
 Remuneração de depósitos bancários: R\$ 10.000,00

O total das receitas correntes e de capital arrecadadas somam, respectivamente:

- (A) R\$ 330.000,00 e R\$ 360.000,00
- (B) R\$ 415.000,00 e R\$ 275.000,00
- (C) R\$ 315.000,00 e R\$ 375.000,00
- (D) R\$ 360.000,00 e R\$ 330.000,00
- (E) R\$ 370.000,00 e R\$ 320.000,00

54

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo possui atuação no controle da respectiva Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui-se em órgão integrante da estrutura do Ministério Público Estadual, para a realização do controle externo.
- (B) Trata-se de pessoa jurídica de direito público integrante do Poder Judiciário Estadual que o auxilia no controle externo.
- (C) Presta auxílio à Assembleia Legislativa Estadual no exercício do controle externo.
- (D) Atua como órgão de auxílio no controle interno do Poder Executivo Estadual, a cargo do Tribunal de Justiça.
- (E) É o principal responsável pelo controle interno da Administração Pública Estadual.

55

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é figura muito importante na Lei Geral de Proteção de Dados, pois a ela foram atribuídas diversas competências, a exemplo da elaboração de diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade. A respeito da ANPD, é sabido que, nos últimos anos, sofreu alteração em sua natureza jurídica, constituindo-se, atualmente, conforme a redação dada pela Lei nº 14.460/2022, em

- (A) uma autarquia.
- (B) uma fundação.
- (C) uma sociedade de economia mista.
- (D) uma empresa pública.
- (E) um órgão da administração pública federal.

56

Em relação à competência tributária definida pelo artigo 6º do Código Tributário Nacional, que é dividida entre os diferentes entes federativos, ou seja, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em que cada um possui a prerrogativa de instituir e arrecadar determinados tributos de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que os tributos:

- (A) IPTU, COFINS e ITBI são de competência apenas dos Municípios.
- (B) IPVA, ICMS e CIDE são de competência dos Estados e dos Municípios.
- (C) Impostos sobre Comércio Exterior e ITR são de competência da União.
- (D) IOF, ISSQN e IPI são de competência do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) ICMS, IPVA e ITCMD são de competência apenas dos Estados.



57

O Decreto nº 8.373/2014 instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, também conhecido como eSocial. O eSocial atua como um instrumento de unificação da prestação de informações relacionadas à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, visando padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição dessas informações, e é composto por um repositório nacional que contém o armazenamento da escrituração. Em relação à prestação de informações ao eSocial, é correto afirmar que:

- (A) O empregador, a empresa e os que forem a eles equiparados em lei estão sujeitos à prestação de informação ao eSocial, sendo que o empregador doméstico está dispensado.
- (B) O segurado especial, inclusive em relação a trabalhadores que lhe prestem serviço, está sujeito à prestação de informação ao eSocial.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão isentas de prestar informações ao eSocial.
- (D) As microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual (MEI) devem utilizar o mesmo sistema das demais pessoas jurídicas de direito público para prestar informações ao eSocial.
- (E) As demais pessoas jurídicas e físicas que pagarem ou creditarem por si rendimentos sobre os quais tenha incidido retenção do Imposto sobre a Renda, ainda que em um único mês do ano-calendário, estão sujeitas a prestar informações ao eSocial, sendo facultativo apenas às pessoas físicas.

58

Uma Universidade Pública Estadual, com o intuito de promover a internacionalização dos seus cursos e redes de pesquisas, oferece bolsas de estudos e de pesquisa para alunos brasileiros e estrangeiros. Diante disso, os estudantes podem requerer a isenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o valor das bolsas concedidas?

- (A) Sim, mas apenas estudantes brasileiros podem requerer a isenção do IRRF, desde que não desenvolvam sua pesquisa fora dos limites territoriais brasileiros.
- (B) Sim, mas apenas estudantes estrangeiros podem requerer a isenção do IRRF devido a abrangência internacional do programa de pesquisa.
- (C) Sim, todos os estudantes brasileiros podem requerer a isenção do IRRF.
- (D) Sim, todos os estudantes, independente da residência fiscal no país, podem requerer a isenção do IRRF, desde que a bolsa tenha prazo superior a 12 meses.
- (E) Sim, mas apenas estudantes que desenvolvam pesquisas vinculados a temas de interesse regional e nacional do país concedente.

59

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é um tributo de competência dos Estados e do Distrito Federal. Sendo que a forma de repartição das receitas tributárias obedece às regras constitucionais, marque a alternativa que indica corretamente como é realizada a repartição da receita do IPVA entre os diferentes entes federativos brasileiros.

- (A) Caberá ao Município 50% (cinquenta por cento) das receitas do valor do IPVA arrecadado sobre a propriedade de veículo registrado, matriculado ou licenciado em seu território.
- (B) Caberá ao Município receber 60% (sessenta por cento) do valor do IPVA arrecadado sobre a propriedade de veículo registrado, matriculado ou licenciado em seu território.
- (C) Caberá ao Estado receber 25% (vinte e cinco por cento) do valor do IPVA arrecadado sobre a propriedade de veículo registrado, matriculado ou licenciado em seu território.
- (D) Caberá ao Município receber 30% (trinta por cento) do valor do IPVA arrecadado sobre a propriedade de veículo registrado, matriculado ou licenciado em seu território.
- (E) Caberá à União receber 10% (dez por cento) do valor do IPVA arrecadado sobre a propriedade de veículo registrado, matriculado ou licenciado em todo o território nacional.

60

Sobre a Lei Orçamentária Anual, é correto afirmar que:

- (A) Poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- (B) Disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (C) Não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo a proibição de autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, que poderão constar na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) Disporá sobre os critérios para a execução equitativa do orçamento, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, bem como o cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório.
- (E) Conterà critérios sobre o equilíbrio entre receitas e despesas e formas de limitação de empenho.



61

A respeito do Anexo de Metas Fiscais, pode-se afirmar que:

- (A) é documento obrigatório que integra o projeto de lei orçamentária anual.
- (B) demonstra as metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos cinco exercícios anteriores.
- (C) contém a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- (D) contém os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente.
- (E) normatiza o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

62

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta o seguinte trecho sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA):

“Estabelecido, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/ 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.”

MCASP, 9ª edição, 2021.

Pode-se afirmar que o trecho extraído se refere ao princípio orçamentário da

- (A) unidade
- (B) anualidade
- (C) exclusividade
- (D) legalidade
- (E) universalidade

63

A Lei nº 4.320/1964 estabelece que a execução da despesa orçamentária percorra três estágios: empenho, liquidação e pagamento. Sobre o estágio do empenho, é correto afirmar que:

- (A) o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- (B) o empenho é um documento que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- (C) o empenho por estimativa é utilizado para despesas contratuais de valor certo sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.
- (D) a realização de despesa sem prévio empenho, em casos especiais previstos em legislação específica, é permitida.
- (E) o empenho global é utilizado para despesas cujo montante não se possa determinar.

64

Uma indústria brasileira sediada em território nacional contratou uma pessoa jurídica sediada em território estrangeiro, contratante de programadores, para desenvolver um software operacional, sendo os serviços iniciados no exterior e a sua implementação, instalação e teste realizados na sede da empresa brasileira. Nesse caso, a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre serviços provenientes do exterior do país ou cuja prestação tenha sido iniciada no exterior é prevista na Lei Complementar nº 116/2003. Com base nessa situação, indique quem é o responsável pelo recolhimento do ISSQN.

- (A) É a pessoa jurídica prestadora dos serviços, quando recebe o pagamento no exterior.
- (B) São os programadores responsáveis pela efetiva prestação do serviço.
- (C) É a indústria brasileira tomadora do serviço no Brasil.
- (D) É o município onde o serviço foi prestado.
- (E) É uma responsabilidade compartilhada entre o prestador e o tomador do serviço.

65

De acordo com o Decreto Estadual nº 53.980/2009, que regulamenta o regime de adiantamento no Estado de São Paulo,

- (A) os gastos que poderão ser realizados por meio do regime de adiantamento são somente os decorrentes de despesa extraordinária e urgente, cuja realização não permita delongas, e as consideradas despesas miúdas e de pronto pagamento.
- (B) o responsável pelo adiantamento, esgotado o prazo para a sua aplicação, poderá concluir o processo de prestação de contas no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável automaticamente uma única vez por igual período.
- (C) a concessão do adiantamento será formalizada por meio de requisição de adiantamento e corresponderá a quantos empenhos forem necessários para disponibilização do numerário ao servidor.
- (D) os artigos farmacêuticos ou de laboratório, em quantidade restrita e para uso ou consumo próximo ou imediato, são considerados despesa miúda ou de pronto pagamento.
- (E) o ordenador de despesa poderá, mediante justificativa, autorizar a utilização de recurso financeiro após a expiração do prazo de aplicação do adiantamento, desde que não supere o prazo máximo de 30 (trinta) dias.



66

Sobre a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa correta:

- (A) os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como Outras Despesas Correntes.
- (B) a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente é vedada, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (C) a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, é permitida, desde que observados os limites e condições fixados pelo Senado Federal.
- (D) a operação de crédito por antecipação de receita realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício e deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia de dezembro de cada ano.
- (E) o relatório resumido da execução orçamentária abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público e deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada trimestre.

67

Sobre a despesa pública, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que:

- (A) a despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 imediatamente anteriores, adotando-se o regime de caixa e independentemente de empenho, para fins de apuração de limites.
- (B) a despesa obrigatória de caráter continuado é a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício financeiro.
- (C) o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos dois últimos quadrimestres anteriores ao final do mandato do titular do poder executivo é nulo de pleno direito.
- (D) a despesa total com pessoal em cada estado, e em cada período de apuração, não poderá exceder 50% da receita corrente líquida.
- (E) a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

68

Na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2022 foi fixada dotação orçamentária no valor de R\$ 1.000.000,00 para aquisição de equipamentos de informática. Durante o exercício financeiro de 2022, foram realizadas as seguintes transações referentes a esta dotação orçamentária:

- Empenho da despesa: R\$ 930.000,00
- Liquidação da despesa empenhada: R\$ 750.000,00
- Pagamento da despesa empenhada: R\$ 625.000,00
- Anulação de empenho da despesa: R\$ 45.000,00

Considerando as transações acima, o valor total inscrito em restos a pagar não processados no final do exercício financeiro de 2022 foi

- (A) R\$ 125.000,00
 (B) R\$ 135.000,00
 (C) R\$ 180.000,00
 (D) R\$ 260.000,00
 (E) R\$ 305.000,00

69

Determinado ente público apresentou as seguintes informações referentes ao primeiro quadrimestre de 2023:

Receita Prevista: R\$ 1.000.000,00
 Receita Arrecadada: R\$ 1.150.000,00
 Operação de Crédito obtida: R\$ 100.000,00

Considere ainda que o saldo do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro em 31/12/2022 são, respectivamente, R\$ 450.000,00 e R\$ 175.000,00.

O ente pretende construir um novo centro de educação infantil, mas não possui dotação específica em seu orçamento. Sendo assim, ele deverá abrir um crédito adicional

- (A) especial e o superávit financeiro de R\$ 425.000,00 poderá ser utilizado como recurso de cobertura.
- (B) suplementar e o superávit financeiro de R\$ 525.000,00 poderá ser utilizado como recurso de cobertura.
- (C) especial e o superávit financeiro de R\$ 275.000,00 poderá ser utilizado como recurso de cobertura.
- (D) suplementar e o excesso de arrecadação de R\$ 150.000,00 poderá ser utilizado como recurso de cobertura.
- (E) especial e o excesso de arrecadação de R\$ 250.000,00 poderá ser utilizado como recurso de cobertura.



70

No que se refere a cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) sobre as edificações de uma Universidade Pública Estadual, é correto afirmar:

- (A) A Universidade Pública Estadual possui isenção tributária, não sendo necessário realizar qualquer requerimento específico ao ente público.
- (B) A Universidade Pública Estadual possui imunidade tributária apenas quando a área do imóvel for superior a 500 m².
- (C) A Universidade Pública Estadual possui isenção tributária, mas depende da destinação de uso dos seus imóveis.
- (D) A Universidade Pública Estadual possui imunidade tributária irrestrita, ou seja, independe de seus imóveis estarem vinculados às suas finalidades essenciais.
- (E) A imunidade se aplica a todos os imóveis do patrimônio da Universidade Pública Estadual vinculados às suas finalidades essenciais, mas o poder público municipal poderá exigir requerimento para reconhecimento da imunidade.



QUESTÕES DISSERTATIVAS**QUESTÃO 01:**

Após laudo apontar corrosão na estrutura de uma ponte que liga o centro da cidade ao campus da Universidade, ela foi interditada por prazo indeterminado. Esta é a principal e mais rápida ligação entre a cidade e o campus, já que a outra existente faz com que os alunos e servidores precisem percorrer um trecho adicional de cinco quilômetros.

A Prefeitura Municipal apresentou um laudo técnico orientando sobre a necessidade de recuperação da estrutura, mas declarou não possuir recursos financeiros em caixa para a realização das obras necessárias. Por outro lado, a Universidade declarou possuir recursos financeiros em caixa provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, mas não possui saldo suficiente nas dotações do orçamento do exercício corrente para o empenhamento da despesa. Por fim, ficou estabelecido que a prefeitura será a responsável pela obra de recuperação da ponte e a Universidade arcará com os custos financeiros da empreitada. Por tratar-se de uma ação prioritária, ela será iniciada no exercício corrente.

Com base nas informações acima, responda:

- a) Qual o conceito de crédito adicional?
- b) Relacione as classificações dos créditos adicionais de acordo com a Lei nº 4.320/1964 e indique aquela que atende a demanda apresentada justificando sua resposta.
- c) Quais as modalidades de aplicação da despesa orçamentária deverão ser utilizadas pela Universidade e pela Prefeitura Municipal, respectivamente, nos momentos em que ocorrerem a execução da despesa (empenho)?
- d) Qual o instrumento adequado para operacionalização da transferência de recursos entre os entes? Explique.

QUESTÃO 02:

No início do exercício financeiro de 2023, a Universidade contratou determinada empresa para prestar serviços de vigilância e segurança patrimonial em suas unidades e órgãos localizados na cidade de São Paulo. A sede da empresa contratada está localizada na cidade de Campinas, emite suas notas fiscais com a devida autorização da Secretaria Municipal da Fazenda desse município, e todas as suas certidões e obrigações tributárias estão em dia.

Passados alguns meses, a empresa emitiu nota fiscal de serviços e nela constam algumas informações:

- discriminação dos serviços: prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial
- data da emissão da nota fiscal de serviços: 03/10/2023
- período dos serviços: 01 a 30/09/2023
- valor total dos serviços: R\$ 260.000,00

Valores destacados na nota fiscal: vale-alimentação: R\$ 25.500,00 e vale-transporte: R\$ 150,00

Com base nas informações acima, responda:

- a) De acordo com a Lei nº 14.133/2021, qual a modalidade de licitação adequada para a contratação do serviço de vigilância e segurança patrimonial? Justifique.
- b) Conforme a Lei Complementar nº 116/2003, para qual município é devido o Imposto sobre Serviços (ISS)? Justifique.
- c) Considerando a alíquota de 11% para a Previdência Social (INSS) e de 2% para o Imposto sobre Serviços (ISS), quais os valores efetivamente retidos para o INSS e ISS, respectivamente? Demonstre os cálculos efetuados.

Instruções:

- As respostas devem ser redigidas de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.
- Não ultrapasse o espaço de 30 linhas da folha de respostas.
- Em hipótese alguma o candidato deverá se identificar no campo destinado ao preenchimento da questão dissertativa. Receberão nota zero os textos que permitirem, por qualquer modo, a identificação do candidato.



RASCUNHO



v.2

Concursos DRH 2023
1ª Fase – Objetiva e Dissertativa

0/0

1

1/100

